

Carlos Coelho:

"Comissão Echelon vai cumprir o seu mandato"



Carlos Coelho afirmou , em Conferência de Imprensa em Estrasburgo, que *"no final do mês a Comissão Temporária sobre o Sistema ECHELON, a que preside, apresentará o seu Relatório"*.

Carlos Coelho, que lamentou a recusa da administração americana de reunir com a missão parlamentar europeia, que na passada semana se deslocou aos Estados Unidos, sublinhou que esse facto constitui *"uma oportunidade perdida para a administração dos Estados Unidos responder às numerosas alegações produzidas nas audições promovidas pela Comissão do Parlamento Europeu sobre o Sistema ECHELON"*.

texto na pág. 4

ELSJ: nova sigla ?

Numa Europa rica em siglas de instituições, de programas, de documentos e planos, surge mais uma.

ELSJ significa Espaço de **Liberdade**, de **Segurança** e de **Justiça**. Na cidade de Tampere, durante a presidência finlandesa a 15 e 16 de Outubro de 1999 foi tomada a decisão de construir o ELSJ (*vide Carta da Europa Nov.1999*).

O objectivo era de fazer da Europa Comunitária **não apenas um grande espaço económico** de livre circulação de trabalhadores, mercadorias e de capitais mas também um Espaço onde os cidadãos possam beneficiar de **Liberdade, de Segurança e de Justiça**.

Na **Europa dos cidadãos** que assim dá passos importantes, pretende-se uma Política Comum de Asilo e Migração, um melhor acesso à justiça e protecção das vítimas de crimes, um combate mais eficaz ao crime organizado.

Temas como o **Eurojust** e o reconhecimento de decisões judiciais (*ver pág.7 desta edição*), a Academia Europeia de Polícia, a estratégia europeia de luta contra a **Droga**, a cooperação judiciária, a gestão dos fluxos migratórios, a **Europol** serão cada vez mais frequentes no processo de decisão comunitário.

E vale a pena recordar que este é, precisamente, o pelouro que está atribuído ao Comissário português, António Vitorino.

Caso para dizer que a UE não é só Euro nem UEM, nem FEDER, nem FEOGA, nem PAC nem... mas também ELSJ.

Carlos Miguel Coelho

Ajuda à Venezuela

Sérgio Marques escreve a Jaime Gama

pág. 2

Orçamento 2002

Costa Neves preocupado com Ante-Projecto

pág. 3

Acordo de Pesca com Gronelândia

Arlindo Cunha contra dualidade de critérios

pág. 5

Combate à exclusão social

Intervenção de Regina Bastos

pág. 8

Ajuda à Venezuela: Sérgio Marques escreve a Gama



O Deputado do PSD **Sérgio Marques** enviou uma carta ao Ministro Jaime Gama, sensibilizando-o para os problemas que afectam a Comunidade Portuguesa radicada na **Venezuela**.

Na carta, Sérgio Marques começa por informar Jaime Gama sobre os encontros com as autoridades do Governo da Venezuela, encarregues da **reconstrução** das áreas do Estado de Vargas afectadas pelas enxurradas de Dezembro de 1999, durante a visita que realizou no início de Abril àquele país.

Esses encontros *“deram-me conta de todas as tarefas de reconstrução”*, bem como do *“trabalho de planeamento”*, em fase de conclusão, *“indispensável para garantir ajuda da União Europeia no montante de 63,5 milhões de euros no período 2001-2006, exclusivamente destinado a auxiliar a execução de projectos nas áreas afectadas”*, afirma Sérgio Marques.

Sobre a Comunidade Portuguesa, Sérgio Marques refere *“em primeiro lugar problemas já antigos que tardam em ver uma solução, nomeadamente a falta de informação, o direito de voto para as Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas, o funcionamento de certos Consulados (felizmente que o Consulado Geral de Caracas que muito afligia os nossos conterrâneos, funciona agora de forma quase*

modelar) e o serviço da TAP Air Portugal para Caracas”.

Segundo Sérgio Marques, a Comunidade deu-lhe conta dos seus anseios, preocupações, expectativas e frustrações no contexto da actual conjuntura que se vive na Venezuela, *“caracterizada ainda pelos efeitos terríveis das inundações, pela incerteza sobre a evolução política e económica e pelo altíssimo nível de criminalidade que induz um preocupante clima de insegurança”*.

O Deputado alerta para o facto de os portugueses residentes no país manifestarem *“total incompreensão, revolta e indignação pelo tempo que o Estado Português está a levar para honrar o compromisso”* de pôr em funcionamento uma linha de crédito bonificada, recordando que foi *“uma das mais graves catástrofes naturais alguma vez ocorrida na América Latina”*.

São ainda abordados temas relacionados com o **ensino da língua portuguesa**, uma vez que *“não existe fornecimento de material didáctico, não há professores, não existe sequer qualquer apoio às Associações de Portugueses emigrados que, por sua iniciativa, organizam e financiam acções de ensino”* nomeadamente para inúmeras crianças filhas de pais portugueses.

Sérgio Marques refere ainda que *“os filhos de emigrantes portugueses nascidos na Venezuela que queiram obter a nacionalidade portuguesa têm de enfrentar um processo burocrático, quase ‘Kafkiano’, que pode demorar anos”*.

Dia da Europa: Deputados do PSD participam nas comemorações

O Deputado do PSD **Vasco Graça Moura** participou, no passado dia 9 de Maio, numa sessão comemorativa do Dia da Europa, que teve lugar na Assembleia da República, dedicada ao Ano Europeu das Línguas.

Recorda-se que o Deputado Graça Moura foi o Relator do Parlamento Europeu para este projecto do Ano Europeu das Línguas que *Carta da Europa* noticiou em Abril e Maio do ano passado.

A Deputada **Teresa Almeida Garrett** participou, na Sala do Senado da Assembleia da República,

numa sessão sobre a Carta dos Direitos Fundamentais. Nesta sessão participou igualmente a Deputada **Eduarda Azevedo** que representou a Assembleia da República na Convenção que elaborou a Carta.

Também o Deputado **Carlos Costa Neves** participou, nos Açores, numa sessão comemorativa do Dia da Europa, organizada pela Universidade dos Açores que contou com a presença do Prof. **Vasco Garcia**, Reitor da Universidade dos Açores e ex-Deputado ao Parlamento Europeu.

Costa Neves preocupado com Orçamento 2002

O Deputado do PSD **Carlos Costa Neves**, na qualidade de **Relator-Geral** do Parlamento Europeu para o **Orçamento** da União Europeia para **2002**, em intervenção na Sessão Plenária, fez uma **primeira apreciação** do Ante-projecto de Orçamento apresentado pela Comissão Europeia.

Costa Neves registou a proposta da Comissão de aumentar os créditos para autorizações em 3,4% e para pagamentos em 4,8%, salientando, no entanto, que *“a diferença entre uns e outros parece insuficiente, tendo em conta a necessidade de recuperar pagamentos em atraso”*, correndo-se o risco de se estar perante *“uma recauchutagem e não da resolução do problema”*. Costa Neves salientou ainda que *“apesar do aumento de 4,8% proposto para pagamentos, estes se quedam ao nível de 1,06% do Produto Bruto da União Europeia, enquanto as perspectivas financeiras permitiriam chegar, em 2002, a 1,10%”*.

“Importa ainda salientar, acrescentou Costa Neves, que faremos uma cuidadosa avaliação do nível de consideração da Comissão quanto às prioridades definidas pelo Parlamento Europeu, constantes das ‘Linhas de Orientação’ aprovadas em Abril”.

Na especialidade, Costa Neves afirmou que *“o Parlamento seguirá com atenção o impacto das crises da BSE e da febre aftosa no Orçamento, sendo bom ter conhecimento das verbas exactas nelas envolvidas o mais cedo possível e salientou que parece aceitável a existência da reserva de mil milhões de euros, proposta pela Comissão, para fazer face ao evoluir da situação decorrente das referidas crises”*.

Costa Neves recordou que o Parlamento *“está a contar com um documento da Comissão Europeia relativo à revisão, a meio termo, da Reforma da Política Agrícola Comum, em que se espera seja demonstrada a consonância das opções entretanto tomadas face à crise, com um programa para o futuro e que nas linhas de orientação se refere a data de 15 de Setembro como limite para apresentação deste documento”*.

Quanto às **pescas**, Costa Neves afirmou que, *“face*

ao insucesso do Acordo com Marrocos e à necessidade de estabelecer apoios à reestruturação das frotas envolvidas, tem de avaliar-se, cuidadosamente, como tal será financiado”.



No capítulo das **Políticas Internas**, Costa Neves considerou *“a margem existente como limitada e insiste na necessidade de respeitar as linhas de orientação definidas, que destacam aspectos como a imigração, o programa ‘e-learning’ e o emprego”*.

Relativamente às **Acções Externas**, Costa Neves constata que as reprogramações têm sido a regra, o que não é compatível com a necessidade de assegurar estabilidade à política da União Europeia e afirmou *“encarar com reserva a possibilidade de, uma vez mais, o PE ser confrontado com reduções de verbas em linhas importantes” e referiu, a título de exemplo, a América Latina, os Direitos Humanos ou a luta contra a Sida”*.

Neste capítulo, Costa Neves criticou a redução dos meios orçamentados para os Balcãs, zona em que a União Europeia assumiu compromissos, afirmando que *“tudo indica que não se teve ainda em conta o Relatório do Banco Mundial sobre os custos da reconstrução nos Balcãs”*.

Costa Neves interroga-se ainda sobre *“se as verbas previstas para a Administração serão suficientes para fazer face à Reforma da Comissão, ao alargamento, ao lançamento de novas políticas e ao aumento de 10% no orçamento do Conselho”*.



Pode ver a Carta da Europa na Net no site do PPE

Relatório Echelon será apresentado dentro do prazo

Para Carlos Coelho, o que está em causa são as acusações de envolvimento dos serviços secretos americanos em interceptação de telecomunicações na Europa, **violando a privacidade** e os direitos dos cidadãos e fazendo **espionagem económica**.

“Não deixaremos de tirar todas as ilações políticas do que sucedeu nos Estados Unidos”, acrescentou Carlos Coelho, que sublinhou “a diferença de comportamento entre a administração americana e os membros do Congresso”.

O Deputado social democrata acentuou *“a importância e a utilidade”* dos contactos estabelecidos com diversas personalidades e entidades americanas.

Durante os dias que permaneceu em **Washington**, Carlos Coelho e a delegação de 11 Deputados europeus que o acompanharam, puderam avistar-se e discutir a questão do ECHELON com diferentes personalidades e entidades, com destaque para os Deputados Peter Goss e Nancy Pelosi (respectivamente Presidente e Líder da minoria na importante Comissão Parlamentar para a fiscalização dos serviços secretos), Jim Woolsey antigo Director da CIA, Jeffrey Richelson, Director do National Security Archive da Universidade George Washington, Barry Steinhard, Director da American Civil Liberties Union, Marc Rotemberg, Wayne Madsen e David Sobel da Electronic Information Privacy Center, a Deputada Cynthia McKinney e David Kris, Deputy Counsel for The Office of Intelligence Policy Review (Ministério da Justiça).

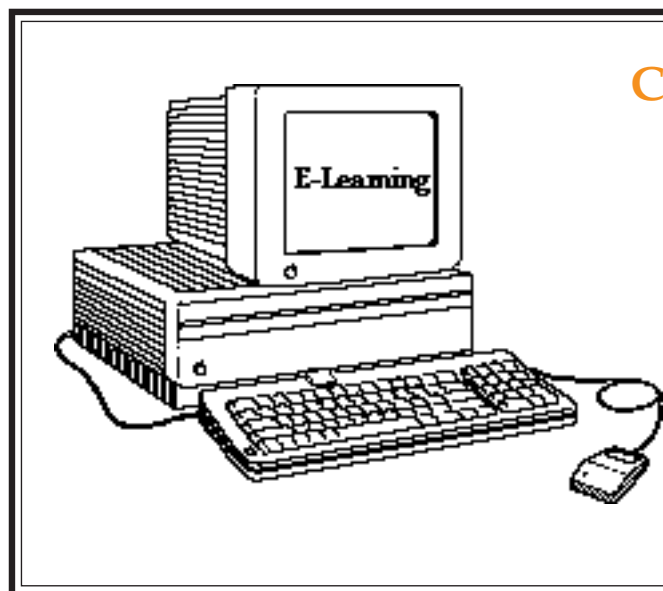
O Plenário do Parlamento Europeu discutiu, entretanto, as **relações transatlânticas**, procedendo à análise das relações entre a União Europeia e os Estados Unidos. Na sequência de uma proposta de Carlos Coelho foi incluído um ponto, na Resolução que encerrou o debate, em que o Parlamento Europeu deplora a atitude das autoridades americanas face à delegação parlamentar europeia.

Resolução do PE sobre as Relações Transatlânticas

24. O Parlamento Europeu lamenta o comportamento dos Departamentos de Estado e de Comércio que recusaram encontros importantes que tinham sido objecto de um acordo de princípio nas reuniões preparatórias, bem como a falta de disponibilidade relativamente à Delegação Parlamentar da Comissão Temporária para o **Sistema Echelon** que visitou Washington.

Estes factos reforçam a ideia da **inexistência da vontade de dialogar e da confiança**, que deveriam presidir às relações entre a União Europeia e os seus parceiros americanos, sobretudo quanto a matéria tão delicada;

O Parlamento Europeu, congratula-se, em contrapartida, pelo espírito de abertura e disponibilidade manifestado pelo Congresso americano perante a delegação parlamentar europeia.



Costa Neves defende financiamento esp

Carlos Costa Neves defendeu que uma iniciativa *“com a importância da iniciativa ‘e-learning’ justifica a criação de um programa específico, dotado de base jurídica própria.*

Entende-se, pois, acrescentou Costa Neves, insuficiente o recurso a programas existentes, tais como o Leonardo, o Sócrates, Cultura 2000, programas de investigação e Fundos Estruturais como fontes financiadoras da nova iniciativa”.

Costa Neves, que participou no debate sobre as novas tecnologias na educação de amanhã, no Plenário do Parlamento Europeu, atribuiu *“a maior importância à iniciativa ‘e-learning’, já que esta pode contribuir para que*

A. Cunha: Contra a dualidade nos Acordos de Pesca

Arlindo Cunha, Deputado do PSD ao Parlamento Europeu, considera que, relativamente ao Acordo de Pescas com a Gronelândia, “estamos a assistir a uma incompreensível política de dois pesos e duas medidas”.

O Deputado português “espera que os Governos dos Estados Membros prejudicados com o impasse do acordo de Marrocos (Portugal e Espanha) tenham na devida conta o que se passou e está a passar com este acordo da Gronelândia, para fazer prevalecer no Conselho um procedimento semelhante”.

Arlindo Cunha recordou, no Plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, que “o presente Acordo de pesca da União Europeia com a Gronelândia é o terceiro assinado desde 1990, respeitando ao período de 2001-2006, e beneficiando as frotas da Alemanha, Reino Unido, França e Dinamarca”.

Para Arlindo Cunha, “a experiência colhida com o anterior acordo (1995-2000) é consideravelmente decepcionante, com percentagens de capturas muito baixas face às quotas inicialmente estabelecidas. Em espécies de maior importância económica como o bacalhau as capturas atingiram menos de 1% das possibilidades de pesca

fixadas no acordo e no cantarilho não se foi além dos 20%. Apesar de não ter pescado, a UE não deixou porém de pagar atempadamente uma média anual de 38,3 milhões de Euros durante esse período.



O que tem de mais espantoso este terceiro acordo, para Arlindo Cunha, é que se reduzem as possibilidades de pesca para o período em referência,

mas aumenta a compensação financeira da União Europeia, que passa para 42,8 milhões de Euros por ano. Ao aumento de 13% na compensação financeira da UE, corresponde, designadamente uma redução das quotas de pesca de 31.000 para 200 toneladas para o bacalhau, de 52.300 para 31.000 toneladas no caso do cantarilho, ou de 30.000 para 15.000 toneladas no caso do verdinho. Ou seja, **paga-se mais para pescar (muito) menos**”.

A que se deve então, interroga Arlindo Cunha, “esta decisão da União Europeia em assinar este acordo de pesca, apesar da experiência negativa do último acordo e do elevado custo que comporta?

A relatora do Parlamento Europeu destaca sobretudo duas razões: revestir uma importância fundamental para a conclusão de outros acordos de pesca na região, como o da Noruega e o da Islândia e ser imprescindível para os navios da UE que operam nessas águas”.

Arlindo Cunha afirma “compreender essas razões”, e por isso não se opôr à proposta da relatora. Importará, porém, acrescenta, “considerar que os dois principais argumentos para assinar o acordo também se deverão aplicar a outros acordos de pesca. Mas isso não aconteceu com o de Marrocos, apesar de ser imprescindível para as frotas de 2 Estados Membros que aí pescavam, e ser um sinal fundamental para outros acordos de pesca com países da região, como é o caso designadamente da Mauritânia”.

Os dois principais argumentos para assinar o Acordo de Pesca com a Gronelândia, também se deverão aplicar a outros acordos de pesca.

Mas isso não aconteceu com o de Marrocos, apesar de ser imprescindível para as frotas de dois Estados-Membros que aí pescavam (Portugal e Espanha).

ecífico para iniciativa "E-Learning"

os cidadãos, através de formação adequada, melhor possam viver e trabalhar na nova sociedade de informação”.

Carlos Costa Neves recordou que, “no contexto das ‘linhas gerais de orientação para 2002’, aprovadas a 3 de Abril passado e que são importante instrumento político em matéria orçamental, considera-se, expressamente, a iniciativa ‘e-learning’ uma importante etapa rumo ao objectivo estratégico, estabelecido pelo Conselho Europeu de Lisboa, de criação do espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social”.



Arlindo Cunha quer mais apoio ao sector da carne bovina

O Deputado do PSD Arlindo Cunha considerou “insuficientes” as propostas da Comissão Europeia que visam compensar os produtores de carne bovina pelos grandes desequilíbrios sofridos pelo mercado nos últimos meses em consequência de sucessivas crises que têm afectado o sector.

Para Arlindo Cunha, “a proposta da Comissão, traduzida em sete pontos, incide especialmente sobre o reforço dos prémios à produção extensiva, em modificações técnicas no prémio às vacas aleitantes com o objectivo de reduzir a produção de carne, na introdução de um regime especial de compras na intervenção para os animais de 30 meses submetidos ao rastreio da BSE, e à eliminação dos limites de quantidades de carne a comprar pela intervenção pública. Da proposta fazia ainda parte a autorização de pousio dos produtores biológicos para fazerem culturas forrageiras em regime biológico”.

Arlindo Cunha considera “inaceitável que se reduza, ainda que temporariamente, o prémio especial aos bovinos machos, penalizando, com o objectivo de reduzir a produção, Estados Membros que continuam a ser importadores de carne, como é o caso de Portugal”.

Arlindo Cunha espera “que o presente pacote de medidas seja melhorado por forma a ser dada uma resposta solidária e eficaz aos produtores que estão em dificuldades”.



Carlos Coelho: Proteger o Euro contra a falsificação

Carlos Coelho apoiou, em Bruxelas, o relatório da Deputada Cederschild, sobre a protecção do Euro contra as falsificações. Carlos Coelho destacou o papel da imprensa regional e da Igreja na informação sobre o Euro, citando o caso recentemente ocorrido em Ourique e defendeu a importância da “face nacional das moedas, pelo reforço da sensação de pertença e de identificação”.

Carlos Coelho salientou a “especial fragilidade do período de transição em que coexistirão a nova moeda europeia e as antigas moedas nacionais.

O desconhecimento, a pouca habituação e a obrigação dos bancos promoverem a troca de moeda vão favorecer quer a falsificação dos euros quer a das moedas nacionais. Há que lutar contra as burlas e os embustes.

Há também que fazer **mais e melhor na informação**, sobretudo no meu país, Portugal, onde as sondagens revelam percentagens preocupantes de desconhecimento.”.

O Deputado português, que interveio no debate na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, salientou a importância do Euro para a União: “Importância económica como complemento da concretização de um verdadeiro espaço económico sem fronteiras internas; Importância como mecanismo que contribuiu para a disciplina orçamental e para a transparência das contas públicas dos Estados-Membros; E também do valor político como emanação da construção europeia que vamos fazendo evoluir, progredir e consolidar no dia-a-dia”.



Costa Neves: Financiamento dos partidos políticos

O Deputado do PSD Carlos Costa Neves apresentou o parecer da Comissão dos Orçamentos relativo à proposta de Regulamento sobre o estatuto e financiamento dos partidos políticos europeus.

No parecer são propostas quatro emendas ao Regulamento, acolhidas pelo Parlamento e que visam garantir mais eficácia e maior transparência ao financiamento dos partidos políticos europeus.

Costa Neves propõe, nomeadamente, que, aquando da publicação das contas anuais dos partidos políticos europeus, sejam especificados os donativos recebidos e o nome dos doadores e que sejam proibidas contribuições para os partidos políticos europeus de empresas públicas.

Costa Neves defende ainda que, a partir da próxima Legislatura, “se garanta a clara distinção entre os grupos políticos do Parlamento Europeu e os partidos políticos europeus, nomeadamente quanto à utilização de edifícios e de pessoal”.

Para Costa Neves, “com a aprovação desta proposta, está a dar-se um importante contributo para a afirmação dos valores da democracia e para o reforço de uma consciência europeia”.

PSD saúda a constituição do "EUROJUST"

Carlos Coelho saúda a oportunidade do debate sobre a constituição do **EUROJUST**, face “às enormes **proporções que a criminalidade organizada e transfronteiriça tem vindo a adquirir** e que impõem uma acção, rápida, comum e concertada, designadamente na luta contra o terrorismo, o tráfico de drogas, a pedopornografia, o tráfico de pessoas, a contrafacção do euro, os crimes informáticos e o branqueamento de capitais”.

Para Carlos Coelho, com o Eurojust está-se a dar “*mais um passo no sentido da criação do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça. As decisões de Tampere estão a progredir, a fazer o seu caminho. **Passo a passo estamos a construir a Europa dos cidadãos**, com o scoreboard da Comissão, respeitando o papel deste Parlamento, e com uma iniciativa partilhada entre a Comissão e os Estados-Membros*”.

Carlos Coelho salientou o facto de, assim, se estar “*a honrar os nossos valores civilizacionais e os princípios do Estado de Direito. O Eurojust deve*

funcionar com um apreciável estatuto de independência sem interferência por parte da Comissão ou do Conselho”.

Sobre o problema da **protecção dos dados**, Carlos Coelho referiu que “*o Parlamento já chamou a atenção para esta questão. O Eurojust precisará, sem prejuízo dos dados próprios, de cooperar com a Europol, com a Rede Judiciária Europeia, com o OLAF, com o Sistema de Informação Schengen para além de ir beneficiar de informações de natureza criminal fornecidas pelos Estados-Membros.*

É particularmente importante, salientou, encontrar uma solução equilibrada entre a garantia e a salvaguarda dos direitos e liberdades dos cidadãos, por um lado, e por outro lado, os instrumentos necessários para garantir o respeito pela legalidade democrática e a eficácia no combate à criminalidade transnacional e organizada. E nunca é demais sublinhar (falando de instituições comunitárias) que tudo devemos fazer de forma a **evitar duplicação de funções e conflitos de competências**”.

... e apoia o reconhecimento de decisões judiciais

O Deputado do PSD Carlos Coelho apoiou, no Plenário, o reconhecimento mútuo de decisões judiciais em matéria penal.

Para Carlos Coelho, “*com este quadro jurídico visa-se sobretudo permitir a **aplicação** num Estado-Membro de **decisões judiciais em matéria penal tomadas noutro Estado-Membro**, tornando mais expedito um processo que hoje é moroso e complicado, tornando supérfluos os pedidos de extradição e prevenindo conflitos de jurisdição entre os Estados-Membros.*

*Faz todo o sentido, acrescentou, numa União onde há liberdade de circulação de que beneficiam todos os cidadãos e logo também os que actuam à margem da lei, que se evite a **possibilidade da existência de paraísos penais***”.

Carlos Coelho alertou para o facto de o reconhecimento mútuo só ser eficaz “*se puder processar-se sem grandes entraves administrativos. É necessário, neste quadro, um **grau de confiança recíproca** dos Estados-Membros relativamente aos **procedimentos judiciais***”.

Carlos Coelho considerou esta matéria “*de **grande melindre**, que suscita questões delicadas e que toca no âmago dos valores juridicamente protegidos nas diversas sociedades. Existem diferenças nos nossos Estados-Membros a despeito do muito significativo e assinalável património cultural e jurídico comum. Há pois, concluiu, que **ser prudente** e adoptar uma política de **pequenos passos**. A tentação da velocidade aqui não é apenas inimiga da perfeição (como se diz no nosso país); pode ser fatal para o objectivo que se pretende alcançar*”.

Suplemento “EPP-ED report”

Desde a última edição, Carta da Europa passou a incluir um suplemento elaborado pelo secretariado do Grupo do PPE intitulado “EPP-ED report”.

Neste suplemento dá-se conta das principais posições tomadas pelo Grupo do PPE durante a anterior sessão plenária do Parlamento Europeu.



Regina Bastos: "Reforçar os meios de combate à exclusão social e à pobreza"

A Deputada **Regina Bastos** defendeu, em Plenário, a necessidade de "estimular uma cooperação que permita à União Europeia e aos Estados Membros **lutar contra a exclusão social e pela erradicação da pobreza** - realidades ainda muito sentidas infelizmente nalguns Estados Membros, como em Portugal - em conformidade com metas qualitativas e quantitativas a acordar pelo Conselho e pelo Parlamento".

Regina Bastos sustentou que "a Comissão deverá prestar informações ao Parlamento e ao Conselho, anualmente, sobre os progressos alcançados no âmbito deste programa. Estimular o diálogo com os parceiros nesta área a nível europeu, nacional e regional, de forma a combater com mais eficácia a pobreza e a exclusão social, bem como **maximizar o apoio financeiro a projectos inovadores** com um valor acrescentado a nível europeu, são factores determinantes para o seu êxito".

Para Regina Bastos, o montante de referência deste programa deverá ser aumentado para **100 milhões de euros** para permitir "uma plena concretização do programa, mantendo deslocações ao terreno, permitindo a participação das pessoas em situação de exclusão social e de pobreza e financiando acções a cargo das ONG. O financiamento de base das principais redes europeias que tomam parte nestas acções deve igualmente ser considerado", acrescentou.

Regina Bastos defendeu ainda "a preparação de uma **Mesa Redonda Anual da UE sobre a exclusão social**" e alertou "sobre a insuficiência dos mecanismos de controlo financeiro das ONG, a exigirem uma melhor fiscalização, capaz de garantir uma criteriosa e rigorosa aplicação de fundos que são públicos".



António Capucho na Cimeira de Líderes Parlamentares do PPE

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República, **António Capucho**, participou, nos passados dias 21 e 22 de Maio, em Bruxelas, numa reunião com os líderes dos grupos parlamentares dos partidos membros do PPE nos parlamentos nacionais e no Parlamento Europeu.

A reunião teve como objectivo preparar o Conselho Europeu de Göteborg e debater o processo Post-Nice e contou, também com a participação do Presidente da Comissão, Romano Prodi e dos Comissários Loyola de Palacio, Michel Barnier e Vivianne Reding.

Os Deputados do PSD

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

CCostaNeves@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luís Fernandes e Sandra Nunes**

Ilustrações: **Júlio Pisa**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551